

ARTIGO

SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL: UM BALANÇO DA LITERATURA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIEL PATRIARCA

Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com período na University of York (UOY), Reino Unido. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) e colaborador do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS/UEL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo 2021/02709-3).

País: Brasil **Estado:** São Paulo **Cidade:** São Paulo

Email: gabriel-patriarca@usp.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9344-7041>

CAIO CARDOSO DE MORAES

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Centro de Estudos Legislativos (CEL/UFMG) e colaborador do Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança (LEGS/UEL). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

País: Brasil **Estado:** Minas Gerais **Cidade:** Belo Horizonte

Email: caiocardosodemoraes@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-4515-8720>

Contribuições dos autores: Gabriel Patriarca contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados, a redação do manuscrito e a revisão crítica, a revisão e aprovação final. Caio Moraes contribuiu com a concepção e o delineamento, a análise e a interpretação dos dados, a redação do manuscrito e a revisão crítica, a revisão e a aprovação final.

RESUMO

Este artigo apresenta um balanço da literatura sobre o setor de segurança privada no Brasil, composta por artigos, dissertações e teses das ciências sociais publicadas até o ano de 2020. Nossos objetivos são identificar as vinculações disciplinares e institucionais, os temas estudados e os procedimentos metodológicos dessa literatura. Por pesquisadores(as) de quais das ciências sociais e de quais instituições os estudos sobre esse setor foram desenvolvidos? Quais são os temas abordados nesses estudos e suas delimitações de escopo? Quais suas características metodológicas? Para responder a essas perguntas, realizamos buscas com 11 *strings* em seis repositórios on-line. 68 estudos foram coletados e analisados por meio de estatística descritiva a partir de variáveis em três dimensões: formal, substantiva e metodológica. Os resultados apontam para um crescimento dos estudos a partir dos anos 2000, uma diversidade temática e a predominância de análises qualitativas.

Palavras-chave: Segurança privada. Ciências sociais. Policiamento. Revisão.

ABSTRACT

PRIVATE SECURITY IN BRAZIL: A REVIEW OF THE SOCIAL SCIENCES LITERATURE

This paper presents a review of the literature on the private security sector in Brazil, composed of articles, dissertations and theses in the social sciences published up to 2020. Our objectives are to identify the

disciplinary and institutional affiliations, the themes studied and the methodological procedures of this literature. By researchers from which of the social sciences and from which institutions were the studies about this sector developed? What are the themes addressed in these studies and their scope delimitations? What are their methodological characteristics? To answer these questions, we conducted searches with 11 strings in six online repositories. 68 works were collected and analyzed using descriptive statistics based on variables in three dimensions: formal, substantive, and methodological. The results point to a growth of studies from the 2000s, a thematic diversity and predominance of qualitative analyses.

Keywords: Private security. Social sciences. Policing. Review.

Data de Recebimento: 21/02/2023 – **Data de Aprovação:** 08/08/2023

DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1878

INTRODUÇÃO

Há quase três décadas, David Bayley e Clifford Shearing (1996) afirmaram que países norte-americanos e europeus haviam atingido um divisor de águas em seus sistemas de policiamento. O modo tradicional de controle do crime, baseado na polícia, havia se encerrado e sido substituído por um sistema de policiamento plural, formado por atores públicos e privados. A maior evidência dessa mudança foi a expansão do setor de segurança privada: em muitos países, o número de vigilantes no setor privado superou o de policiais no setor público. De fato, a expansão desse setor foi registrada em diferentes continentes, regiões e países, despertando forte interesse acadêmico (Florquin, 2011).

Os estudos sobre a segurança privada vêm sendo desenvolvidos pelo menos desde a década de 1980, sobretudo a partir da criminologia anglo-saxã (Shearing; Stenning, 1981; 1983; Cunningham; Strauchs; Van Meter, 1990; De Waard, 1999). A maior parte desses estudos se concentra em países desenvolvidos do Norte Global, como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, apesar do avanço recente dessa agenda de pesquisa em diferentes contextos, como países do Leste Europeu (Nalla; Gurinskaya, 2017), da África (Minnaar, 2005; Berg; Howell, 2017) e da América Latina (Arias, 2009; Caonero *et al.* 2011).

A expansão da segurança privada também é uma realidade no Brasil, onde o setor surgiu oficialmente ao final dos anos 1960, em plena ditadura militar: diante dos assaltos às agências bancárias cometidos como parte da resistência ao regime, o governo, por meio do Decreto-Lei Nº 1.034 (Brasil, 1969), responsabilizou as instituições financeiras pela segurança das agências. Desde então, novas regulações foram estabelecidas; o setor se expandiu e ampliou seu escopo de atuação para além dos bancos, especialmente a partir da década de 1990 (Lopes, 2011). Entre 1985 e 1995, de acordo com as categorias da PNAD analisadas por Musumeci (1998), o número de pessoas ocupadas em atividades de vigilância e guarda cresceu 112%, passando de 199.137 para 422.057. Apesar dos registros da época prejudicarem as comparações entre a segurança pública e a segurança privada, uma vez que superestimavam a primeira e subestimavam a última, o contingente da segurança privada já superava em 1.7 o total de pessoas ocupadas na segurança pública no ano de 1985 – proporção que subiu para 1.8 em 1995. Por sua vez, dados atualizados da PNAD Contínua analisados por Lopes (2022) indicam que, no primeiro trimestre de 2022, o contingente da segurança privada era de 1.096.398, proporção 1.4 maior do que os 772.202 da segurança pública. Esses dados incluem guardas irregulares que se estima serem mais numerosos que os vigilantes regulares – apesar das dificuldades inerentes em captar números precisos de trabalhadores na informalidade.

Embora essa expansão venha ocorrendo há tempos, os esforços para compreender, explicar e avaliar a segurança privada são recentes no debate público e acadêmico nacional. Há menos de uma década, dados sobre esse setor foram incluídos nos relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – contabilizados na análise dos custos sociais da violência no país, pela primeira vez, na edição de 2014 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, seguidos em edições posteriores por levantamentos sobre o número de vigilantes, de empresas e de armas de fogo (FBSP, 2014; 2016). Desde 2020, tais dados foram incluídos sistematicamente nos relatórios e, na edição de 2021, uma parte do Anuário foi inteiramente dedicada à segurança privada (FBSP, 2021).

Igualmente, a produção acadêmica sobre a segurança privada no Brasil parece recente e ainda escassa, uma vez que o campo de estudos sobre policiamento no país está concentrado na segurança pública e, especificamente, nas polícias (Muniz; Caruso; Freitas, 2017; Durão; Coelho, 2020). Os únicos balanços da literatura sobre a segurança privada no Brasil tiveram recortes bem delimitados, como os estudos sobre o controle do setor (Lopes, 2009) e suas características no estado de São Paulo (Cubas, 2017), de modo que ainda nos falta um panorama mais amplo e abrangente desses estudos em seu conjunto.

Neste artigo, apresentamos um balanço sistemático da literatura sobre o setor de segurança privada no Brasil, composta por artigos, dissertações e teses das ciências sociais publicadas até o ano de 2020. Nossos objetivos são identificar suas vinculações disciplinares e institucionais, os temas e os escopos estudados, bem como seus procedimentos metodológicos. Por pesquisadores(as) de quais das ciências sociais e de quais instituições os estudos sobre a segurança privada no Brasil foram desenvolvidos? Quais são os temas abordados nesses estudos, suas delimitações de escopo territorial e de espaços de atuação? Quais suas características metodológicas? Para responder a essas perguntas, realizamos buscas com 11 *strings* em seis repositórios on-line, a partir das quais coletamos e analisamos 68 estudos por meio de estatística descritiva.

O artigo está organizado em quatro seções e considerações finais. Na primeira, descrevemos os procedimentos metodológicos usados para coletar e analisar os estudos, cujos resultados são apresentados de acordo com as dimensões formal, substantiva e metodológica nas seções seguintes. A segunda apresenta a dimensão formal, que diz respeito às vinculações disciplinares e institucionais. A terceira apresenta a dimensão substantiva, abrangendo os temas estudados, os escopos territoriais e os espaços de atuação. A quarta apresenta a dimensão metodológica, como técnicas de coleta, análise e fontes de dados dos estudos. Nas considerações finais, retomamos os principais resultados e ressaltamos a importância de mais estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar os estudos sobre a segurança privada no Brasil, realizamos buscas em seis repositórios on-line por meio de 11 *strings* – uma combinação de termos, símbolos e operadores booleanos. Os repositórios em questão foram escolhidos de modo a abranger o maior acervo possível de artigos, dissertações e teses, a saber: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Scopus; e Google Scholar¹. Nestes dois últimos, as buscas foram realizadas no programa *Harzing's Publish or Perish*, enquanto nos restantes foram realizadas diretamente nos websites dos repositórios.

¹ Em princípio, os acervos de alguns desses repositórios estariam sobrepostos, o que tornaria a busca redundante. Contudo, realizamos testes preliminares e identificamos discrepâncias nos resultados. Por isso, realizamos as buscas nos seis repositórios.

As *strings* foram elaboradas a partir de termos identificados na Lei nº 7.102 (Brasil, 1983), marco regulatório do setor de segurança privada brasileiro, e nos estudos que conhecíamos previamente. Elas combinaram “segurança” e “vigilância” com “privada”, “patrimonial”, “orgânica”, “empresas”, “indústria”, “setor privado”, “serviços”, “privatização” e “vigilantes”. Conforme sumarizado no Quadro 1, nove *strings* foram elaboradas em português e utilizadas nos seis repositórios, enquanto outras duas foram elaboradas em inglês e utilizadas diferentemente, de acordo com a abrangência dos acervos, limitando as buscas nos repositórios que incluem produções tanto nacionais quanto internacionais. As buscas foram realizadas de modo a captar a presença dos termos em qualquer campo dos textos, não apenas no título ou nas palavras-chave.

QUADRO 1

Strings e repositórios usados para a identificação dos estudos

<i>Strings</i>	Repositórios
“segurança privada” OR “vigilância privada” “segurança patrimonial” OR “vigilância patrimonial” “segurança orgânica” OR “vigilância orgânica” “empresas de segurança” OR “empresas de vigilância” “indústria de segurança” OR “indústria de vigilância” “setor privado de segurança” OR “setor privado de vigilância” “serviços de segurança” OR “serviços de vigilância” “privatização da segurança” OR “privatização da vigilância” (“vigilante” OR “vigilantes”) AND (“segurança” OR “vigilância”)	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Scopus; Google Scholar
“private security” OR “private surveillance”	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES
(“private security” OR “private surveillance”) AND “Brazil”	Portal de Periódicos da CAPES; SciELO; Scopus; Google Scholar

Fonte: Elaborado pelos autores.

O processo de identificação foi realizado em duas fases. Inicialmente, entre 22/01/2020 e 28/01/2020, fizemos as buscas sem definir um recorte temporal a fim de identificar os estudos publicados até aquele momento. Posteriormente, entre 04/01/2021 e 05/01/2021, refizemos as buscas, definindo o ano de 2020 como recorte temporal, atualizando nossa coleta inicial. Os resultados de ambas as buscas foram convertidos em listas: a primeira com 10.592 resultados e a segunda com 3.431, totalizando 14.023 estudos identificados, publicados até o ano de 2020².

A partir das listas, aplicamos cinco critérios de seleção para incluir ou excluir da revisão os estudos identificados. Primeiro, selecionamos apenas os estudos com *foco* na segurança privada brasileira, nos quais vigilantes, serviços ou empresas desse setor constituem objetos ou casos de estudo³. Por “segurança privada” nos referimos aos profissionais e às empresas que prestam serviços formais e regulares de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança particular e

² O Google Scholar representou 77% dos estudos inseridos nas listas. O Harzing’s Publish or Perish esclarece que as buscas no Google Scholar abrem mão da precisão em prol de uma cobertura mais ampla. Optamos por essa amplitude a fim de complementar os resultados mais precisos dos outros repositórios.

³ Excluímos estudos que apenas mencionam a segurança privada ou a consideram em breves comentários no âmbito de discussões mais amplas sobre outro objeto ou caso. Muitos estudos sobre terceirização, vigilância e segregação urbana, por exemplo, foram excluídos por esse critério.

cursos de formação, assim como a segurança eletrônica⁴ – excluindo, portanto, as diferentes formas de proteção informal e irregular que eventualmente são denominadas como segurança privada. Segundo, selecionamos os estudos pelo *tipo de produção acadêmica*: incluímos artigos publicados em periódicos com revisão por pares, dissertações de mestrado acadêmico e teses de doutorado. Terceiro, selecionamos os estudos de acordo com a *disciplina*, considerando apenas os que continham pelo menos um(a) autor(a) da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política ou de cursos propriamente denominados Ciências Sociais. Quarto, selecionamos os estudos pela *língua*, incluindo apenas textos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Quinto, por questões de *acessibilidade*, selecionamos apenas os estudos completos disponíveis para download.

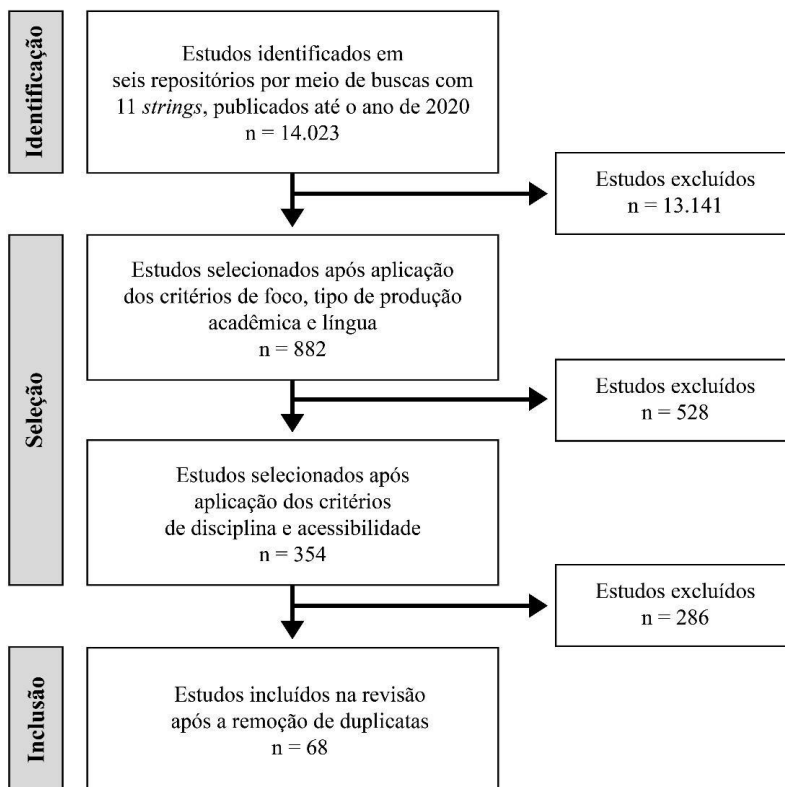
A aplicação desses critérios para a seleção dos estudos também foi realizada em diferentes fases. Na primeira, selecionamos 882 dos 14.023 estudos identificados a partir dos critérios de *foco, tipo de produção acadêmica e língua*. Na segunda, entre os 882 inicialmente selecionados, incluímos 354 estudos após a aplicação dos critérios de *disciplina e acessibilidade*, bem como pela checagem de falsos positivos referentes aos critérios aplicados anteriormente. Por fim, após a remoção de duplicatas, construímos nosso banco de dados com 68 estudos, os quais foram analisados quantitativamente por meio de estatística descritiva a partir de variáveis em três dimensões: formal, substantiva e metodológica. Todo o processo de seleção foi duplicado, realizado pelos dois autores, a fim de aumentar a confiabilidade da coleta. Para garantir a intersubjetividade inicial do processo e alinhar a aplicação dos critérios, realizamos três pilotos na primeira fase com um total de 1.592 (11%) resultados, cujas divergências foram resolvidas conjuntamente. Por sua vez, a tabulação das variáveis para a análise dos 68 estudos incluídos foi integralmente conjunta, com checagens recíprocas entre os dois autores.

A Figura 1 ilustra simplificada o processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos em nosso balanço da literatura. As próximas seções descrevem as variáveis de cada dimensão analisada e apresentam os resultados.

⁴ Em linhas gerais, portanto, selecionamos estudos sobre o setor legal da segurança privada, embora a segurança eletrônica, mesmo que formal e regular, não esteja submetida ao marco regulatório desse setor.

FIGURA 1

Processo de identificação, seleção e inclusão de estudos



Fonte: Elaborado pelos autores.

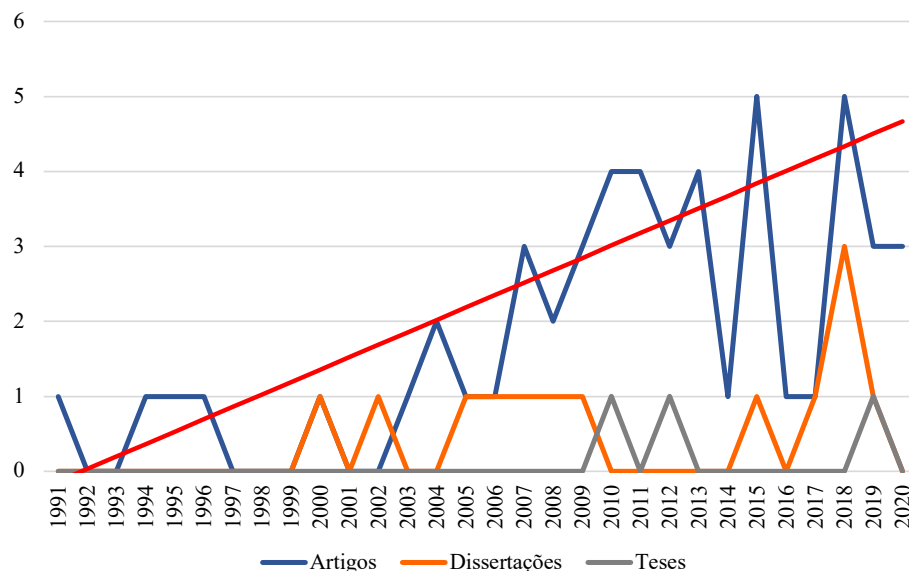
DIMENSÃO FORMAL

A primeira parte de nossa análise se concentra na dimensão formal, que diz respeito à formação e vinculação institucional dos(as) autores(as), ao tipo de produção, aos periódicos de publicação dos artigos, às universidades de defesa das dissertações e teses, dentre outras variáveis.

Conforme mencionado na seção anterior, nosso levantamento identificou 68 estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil até o ano de 2020. Considerando seu tipo de produção acadêmica, são 52 artigos (77%), 13 dissertações (19%) e 3 teses (4%). O primeiro estudo foi um artigo publicado no ano de 1991, em pleno contexto de crescimento do segmento no país. Porém, poucos estudos foram publicados durante a década de 1990. O número de estudos sobre a segurança privada no Brasil começou a crescer a partir dos anos 2000. Entre 1991 e 2000, foram publicados 6 estudos, em comparação a 24 entre 2001 e 2010, e 38 entre 2011 e 2020 – uma média de 0,6 estudos por ano na década de 1990, 2,4 na década de 2000 e 3,8 na década de 2010. A primeira dissertação foi publicada no ano 2000 e a primeira tese no ano de 2010. Os dados indicam que a expansão da segurança privada no Brasil a partir dos anos 1990 foi acompanhada pela evolução dos estudos sobre esse setor, sobretudo a partir de meados dos anos 2000, conforme mostra o Gráfico 1 sobre a evolução dos estudos sobre a segurança privada no Brasil. A linha vermelha mostra a tendência linear de crescimento entre 1991 e 2020.

GRÁFICO 1

Evolução dos estudos sobre a segurança privada no Brasil (1991-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os 52 artigos foram publicados em 45 periódicos, 37 (71%) nacionais e 15 (29%) internacionais, apresentados na Tabela 1. Apenas quatro periódicos publicaram mais de um artigo sobre a segurança privada no Brasil: *Caderno CRH*, *Dilemas* e *Sociedade e Estado*, que publicaram três artigos cada, e *O Público e o Privado*, que publicou dois artigos.

TABELA 1

Periódicos de publicação dos artigos

Periódicos	n	%
Caderno CRH	3	5,8
Dilemas	3	5,8
Sociedade e Estado	3	5,8
O Público e o Privado	2	3,8
Archivos de Criminología, Criminalística y Seguridad Privada	1	1,9
Campos – Revista de Antropologia	1	1,9
Conflict and Society: Advances in Research	1	1,9
Crime, Law and Social Change	1	1,9
Educação & Tecnologia	1	1,9
Emancipação	1	1,9
Estudos de Sociologia	1	1,9
Habitat International	1	1,9
International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice	1	1,9
Journal of Contemporary African Studies	1	1,9

Continua

Journal of Urban Technology	1	1,9
Lecturas: Educación Física y Deportes	1	1,9
Mediações	1	1,9
Novos Estudos Cebrap	1	1,9
O Alferes	1	1,9
Organização & Sociedade	1	1,9
Policing and Society	1	1,9
Psico	1	1,9
Psicologia em Revista	1	1,9
Public Culture	1	1,9
Religião e Sociedade	1	1,9
Revista Alceu	1	1,9
Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade	1	1,9
Revista Brasileira de Ciências Policiais	1	1,9
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	1,9
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	1	1,9
Revista Brasileira de Segurança Pública	1	1,9
Revista de Administração Mackenzie	1	1,9
Revista de Antropologia Experimental	1	1,9
Revista de Sociologia e Política	1	1,9
Revista Gestão Organizacional	1	1,9
Revista LEVS	1	1,9
Revista Sociais e Humanas	1	1,9
São Paulo em Perspectiva	1	1,9
Security Journal	1	1,9
Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia	1	1,9
Social Justice	1	1,9
Sociologias Plurais	1	1,9
Surveillance & Society	1	1,9
Teoria & Pesquisa	1	1,9
Urban Studies	1	1,9
Total	52	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por sua vez, as 16 dissertações e teses foram defendidas em 12 universidades, todas nacionais. Apenas duas universidades se repetiram: a Universidade de São Paulo (USP), com quatro defesas no total, sendo duas de dissertações e duas de teses, e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com duas defesas de dissertações.

TABELA 2

Universidades de defesa das dissertações e teses

Universidades	n	%
Universidade de São Paulo (USP)	4	25,0
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	2	12,5
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	6,3
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1	6,3
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1	6,3
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1	6,3
Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)	1	6,3
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	6,3
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	1	6,3
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1	6,3
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	6,3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	6,3
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando tanto as universidades onde as dissertações e teses foram defendidas quanto as universidades de vinculação dos(as) autores(as) dos artigos, nota-se uma predominância de autores(as) da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL)⁵.

TABELA 3

Instituições de vinculação dos(as) autores(as)

Instituições	Primeiros(as) autores(as)		Autores(as) e coautores(as)	
	n	%	n	%
Universidade de São Paulo (USP)	12	16,4	12	11,8
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	11	15,1	13	12,7
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	6	8,2	9	8,8
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	5	6,8	9	8,8
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	3	4,1	3	2,9
Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)	2	2,7	2	2,0
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2	2,7	2	2,0
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2	2,7	8	7,8
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2	2,7	2	2,0
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2	2,7	2	2,0
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)	1	1,4	2	2,0

Continua

5 A vinculação institucional dos(as) autores(as) foi classificada por estudo. Um(a) mesmo(a) autor(a) pode ter mais de uma vinculação institucional no banco de dados, por exemplo, se defendeu a dissertação e a tese em duas instituições diferentes e atualmente esteja vinculado(a) a uma terceira instituição.

Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal-Americana)	1	1,4	2	2,0
King's College London	1	1,4	1	1,0
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	1	1,4	1	1,0
San Diego State University	1	1,4	1	1,0
State University of New York at Binghamton	1	1,4	1	1,0
Tulane University	1	1,4	1	1,0
Union College	1	1,4	1	1,0
Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac/SC)	1	1,4	1	1,0
Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	1	1,4	3	2,9
Universidade Federal de Goiás (UFG)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	1,4	2	2,0
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1	1,4	3	2,9
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1	1,4	1	1,0
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1	1,4	1	1,0
University of California	1	1,4	1	1,0
Utrecht University	1	1,4	2	2,0
Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)	0	0,0	1	1,0
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	0	0,0	1	1,0
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	0	0,0	2	2,0
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	0	0,0	1	1,0
Sem vinculação / Não identificado	4	5,5	5	4,9
Total	73*	100	102*	100

*Cinco autores(as) vinculados(as) a duas instituições.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as 16 dissertações e teses, 7 (44%) foram defendidas em programas de pós-graduação em Sociologia, 5 (31%) em Ciência Política, 3 (19%) em Ciências Sociais e 1 (6%) em Antropologia. Mas, em conjunto com os artigos, a área de formação dos(as) autores(as) e coautores(as) que mais predomina é a Ciência Política. Isso porque as duas autorias com maior número de publicações em nosso banco de dados são cientistas políticos(as).

TABELA 4

Área de formação dos(as) autores(as) e coautores(as)

Área de formação dos(as) autores(as)	Primeiros(as) autores(as)		Autores(as) e coautores(as)	
	n	%	n	%
Ciência Política	24	35,3	26	26,8
Sociologia	20	29,4	24	24,7
Ciências Sociais	8	11,8	14	14,4
Antropologia (Social e/ou Cultural)	6	8,8	7	7,2
Psicologia	5	7,4	5	5,2
Comunicação (Social / Comunicação e Cultura)	0	0,0	3	3,1
Ergonomia	0	0,0	3	3,1
Administração	1	1,5	2	2,1
Agronegócios	0	0,0	2	2,1
Direito	1	1,5	2	2,1
Ciências Econômicas	0	0,0	1	1,0
Geografia	1	1,5	1	1,0
Gestão Urbana	1	1,5	1	1,0
História	1	1,5	1	1,0
Jornalismo	0	0,0	1	1,0
Saúde Coletiva	0	0,0	1	1,0
Sociologia do Trabalho	0	0,0	1	1,0
Não identificado	0	0,0	2	2,1
Total	68	100	97	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dissertações e teses são estudos individuais e, portanto, são assinados apenas por um(a) único(a) autor(a). Por sua vez, quando olhamos para o número de autorias dos artigos, 36 (69,2%) têm um(a) único(a) autor(a) e 16 (30,8%) foram escritos em coautoria. A Tabela 5, a seguir, identifica os(as) autores(as) que mais publicaram estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil. O cientista político Cleber da Silva Lopes é responsável pela autoria ou coautoria de 13 (19,1%) estudos analisados, seguido pelo cientista político André Zanetic, responsável por 7 (10,3%) estudos e, depois, pela socióloga Marta Mourão Kanashiro, responsável por 4 (5,9%) estudos.

TABELA 5

Autores(as) e coautores(as)

Autores(as) e Coautores(as)	n	%*	% por estudo**	% por autores(as)***
LOPES, Cleber da Silva	13	13	19,1	21
ZANETIC, André	7	7,2	10,3	11,3
KANASHIRO, Marta Mourão	4	4,1	5,9	6,5
LIMA, Francisco de Paula Antunes	3	3,1	4,4	4,8
VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca	3	3,1	4,4	4,8
OLIVEIRA, Antonio Santos	3	3,1	4,4	4,8
BARROS, Vanessa Andrade	2	2,1	2,9	3,2
COUTINHO, Maria Chalfin	2	2,1	2,9	3,2
DIOGO, Maria Fernanda	2	2,1	2,9	3,2
GALDEANO, Ana Paula	2	2,1	2,9	3,2
GONÇALVES, Gabriela Lages	2	2,1	2,9	3,2
HUGGINS, Martha Knisely	2	2,1	2,9	3,2
KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro	2	2,1	2,9	3,2
MORAES, Caio Cardoso	2	2,1	2,9	3,2
ANJOS, José Luiz dos	1	1	1,5	1,6
ARGENTIN, Paola Daniela	1	1	1,5	1,6
BACHETT, Herbert	1	1	1,5	1,6
BALEEIRO, Gabriela	1	1	1,5	1,6
BINOTTO, Erlaine	1	1	1,5	1,6
BRUNO, Fernanda	1	1	1,5	1,6
CALDEIRA, Teresa	1	1	1,5	1,6
CARMO, Erinaldo Ferreira	1	1	1,5	1,6
CASAROTTO, Eduardo Luis	1	1	1,5	1,6
CHAVES, Maria Carmen Araújo de Castro	1	1	1,5	1,6
CUBAS, Viviane de Oliveira	1	1	1,5	1,6
DEL CARPIO, Maya Alejandra Benavides	1	1	1,5	1,6
DURÃO, Susana	1	1	1,5	1,6
EVANGELISTA, Rafael	1	1	1,5	1,6
FAGUNDES, Frederico	1	1	1,5	1,6
FEIGUIN, Dora	1	1	1,5	1,6
FERMÍN, Alejandro R. Maldonado	1	1	1,5	1,6
FIRMINO, Rodrigo José	1	1	1,5	1,6
GARMANY, Jeff	1	1	1,5	1,6
GLEBBEEK, Marie-Louise	1	1	1,5	1,6
KOONINGS, Kees	1	1	1,5	1,6
KUSTHER, Eribelto Alves	1	1	1,5	1,6
LARKINS, Erika Robb	1	1	1,5	1,6

Continua

LEMOS, André	1	1	1,5	1,6
LIMA, Maria Elizabeth Antunes	1	1	1,5	1,6
LIMA, Renato Sérgio de	1	1	1,5	1,6
MENDES, Roberto Lavieri	1	1	1,5	1,6
MONTAGNER, Miguel	1	1	1,5	1,6
MURRAY, Martin J.	1	1	1,5	1,6
NASCIMENTO, Liliane da Costa	1	1	1,5	1,6
NOGUEIRA, Maria Aparecida Farias de Souza	1	1	1,5	1,6
OLIVA, Diego Coletti	1	1	1,5	1,6
OLIVEIRA, Pedro	1	1	1,5	1,6
OSTRONOFF, Leonardo José	1	1	1,5	1,6
PAIXÃO, Antônio Luiz	1	1	1,5	1,6
QUEIROZ, Camila	1	1	1,5	1,6
ROSELINO, José Eduardo	1	1	1,5	1,6
SANTANA, Carlos Luiz de	1	1	1,5	1,6
SANTANA, Egideílson	1	1	1,5	1,6
SANTOS, Bruno Marco Cuer dos	1	1	1,5	1,6
SCHMIDT, Naiara Conservani	1	1	1,5	1,6
SILVA, Antonio Marcos de Sousa	1	1	1,5	1,6
SILVA, Jorge da	1	1	1,5	1,6
SILVA JR., Oswaldo Rolim da	1	1	1,5	1,6
SILVA, Lucas Frazão	1	1	1,5	1,6
SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto	1	1	1,5	1,6
VILAR, Flávio Sérgio de Oliveira	1	1	1,5	1,6
WAWRZYNIAK, Sônia Izabel	1	1	1,5	1,6
Total	97	100	142,6	157

* % referente ao total da tabela (97).

** % referente ao total de estudos (68).

*** % referente ao total de número de autores(as) e coautores(as) (62).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em suma, a análise da dimensão formal dos estudos sobre o setor de segurança privada no Brasil mostra o crescimento de artigos, dissertações e teses sobre o tema a partir de meados dos anos 2000. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foram as duas instituições com mais defesas de teses e dissertações sobre esse setor. Os principais programas de pós-graduação das dissertações e teses são, em ordem decrescente, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais e Antropologia Social, o que revela o interesse das ciências sociais *lato sensu* no fenômeno da segurança privada. Os dados mostram a predominância de autores(as) vinculados(as) à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Estadual de Londrina (UEL). A área de formação dos(as) autores(as) e coautores(as) dos estudos sobre segurança privada que mais predomina é a Ciência Política. Isso porque os dois autores com maior número de publicações em nosso banco de dados, Cleber da Silva Lopes e André Zanetic, responsáveis conjuntamente por 29,4% dos estudos analisados, são cientistas políticos.

DIMENSÃO SUBSTANTIVA

A segunda dimensão de nossa revisão se concentra nos aspectos substantivos dos estudos. Especificamente, analisamos seus temas e as delimitações do escopo territorial e do espaço de atuação da segurança privada no Brasil.

TEMAS

A partir da leitura dos resumos e das introduções, identificamos os temas centrais de cada estudo, os comparamos e agrupamos em um conjunto de 20 categorias. A Tabela 6 apresenta a quantidade de estudos por tema. Muitos dos temas identificados são próximos e quase sobrepostos uns aos outros, de modo que compõem linhas temáticas mais amplas⁶.

TABELA 6

Temas

Temas	n	%
Controle	6	8,8
Espaço urbano	6	8,8
Violações de direitos	6	8,8
Medo e insegurança	5	7,4
Perfil do setor	5	7,4
Poderes legais	4	5,9
Regulação	4	5,9
Relações intersetoriais	4	5,9
Saúde dos vigilantes	4	5,9
Discursos da vigilância	3	4,4
Opinião pública	3	4,4
Práticas de vigilância	3	4,4
Relações com o espaço de trabalho	3	4,4
Atuação política do setor	2	2,9
Conceito de policiamento	2	2,9
Gênero	2	2,9
Monopólio da violência	2	2,9
Vigilância em espaços de trabalho	2	2,9
Gestão empresarial	1	1,5
Treinamento	1	1,5
Total	68	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁶ Por essa razão, a apresentação dos temas foi organizada de acordo com suas proximidades e sobreposições, em vez de seguir a ordem decrescente da frequência apresentada na Tabela 6 – embora os temas mais frequentes sejam enfatizados.

Um dos temas mais frequentes nos estudos sobre a segurança privada no Brasil é o *controle* (n = 6 | 8,8%). Entre eles, Lopes (2007; 2011) analisa o controle externo exercido pela Polícia Federal e, posteriormente, as condições sob as quais as próprias empresas de segurança organizam controles internos (Lopes; 2012; 2014). Por sua vez, Oliveira (2005; 2010) discute mais amplamente a importância do controle da segurança privada para a governança democrática.

Em conjunto, as discussões sobre controle se aproximam de outros estudos que são classificados no tema *regulação* (n = 4 | 5,9%). Nesta categoria, Silva (1994) problematiza a regulação do setor de segurança privada a nível municipal, enquanto Zanetic (2005; 2009b; 2010b) analisa o marco regulatório do setor e suas implicações para questões específicas, como treinamento, uso de armas de fogo e bico policial.

Outros dois estudos (2,9%) são classificados no tema *atuação política do setor*, correlato ao tema regulação, na medida em que analisam as estratégias e os esforços do setor de segurança privada para influenciar um novo marco regulatório, conhecido como Estatuto da Segurança Privada (Moraes, 2018; Lopes; Moraes, 2019).

Os estudos sobre controle e regulação remetem a outro tema frequente, que é *violações de direitos* por parte da segurança privada (n = 6 | 8,8%). Paixão (1991) foi o primeiro a discutir esse problema, seguido por Huggins (2000; 2010), que argumenta que há uma mistura invisível entre a expansão da segurança privada e a violência urbana no Brasil, e Oliveira (2003), que reflete sobre os efeitos da segurança privada, num contexto de violência e medo do crime, para a democratização brasileira. Mais recentemente, Santana e Carmo (2015) analisaram as consequências da prioridade atribuída ao setor privado pela política de segurança pública no estado de Pernambuco para os índices de violência, enquanto Lopes (2015b) investigou as violações de direitos civis cometidas por vigilantes na cidade de São Paulo.

Em grande medida, os estudos sobre controle, regulação e violações de direitos também remetem ao tema de outros quatro estudos (5,9%), que é *poderes legais*. Esses estudos analisam os fundamentos e os limites definidos pelo Judiciário aos poderes da segurança privada para questionar, usar a força física e realizar prisões (Lopes, 2018a), revistar funcionários em espaços de trabalho (Lopes, 2018c), obstruir a entrada, expulsar e revistar usuários de “propriedades privadas de massa”, como shoppings centers (Lopes, 2020), e revistar consumidores (Bachett; Lopes, 2020).

Também entre os temas mais frequentes, outros seis estudos (8,8%) abordam o *espaço urbano*, tendo em vista a articulação da segurança privada com os condomínios fechados e, em geral, com a segregação socioespacial. O estudo seminal desse tema é o de Caldeira (1996), que compara a disseminação dos “enclaves fortificados” em São Paulo e em Los Angeles. Posteriormente, vieram outras comparações dessa articulação entre segurança privada e espaço urbano entre São Paulo e Johannesburgo (Murray, 2004) e discussões mais amplas sobre as cidades brasileiras (Schmidt, 2012) e a América Latina (Glebbeck; Koonings, 2016). Estudos mais recentes deram novas contribuições à compreensão da articulação entre segurança privada e espaço urbano em São Paulo (Garmany; Galdeano, 2018) e realizaram análises mais detidas sobre as narrativas que orientam as práticas cotidianas dos vigilantes em condomínios fechados (Argentin, 2020).

Entre os fatores mais enfatizados pelos estudos que articulam a expansão da segurança privada à segregação socioespacial estão *medo e insegurança*, tema específico abordado por cinco estudos (7,4%). Ainda nos anos 1990, Feiguin e Lima (1995) analisam as reações e os comportamentos da população diante do medo do crime na cidade de São Paulo. Depois, Koury (2004; 2011) reflete sobre a “indústria do medo” no Brasil, com foco nas relações entre juventude e violência. Oliva (2015) discute a “cultura do medo” e a busca pela

sensação de segurança; e Fermín (2018) analisa as implicações dos “imaginários da insegurança” no cotidiano e no espaço urbano das cidades de Pelotas e de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

De fato, o medo e a insegurança fazem parte dos vários discursos que justificam a segurança privada. Três estudos (4,4%) abordam justamente o tema *discursos da vigilância*: Kanashiro (2006; 2008) analisa os discursos e as representações associadas às câmeras de vigilância em espaços públicos, a partir do caso do Parque da Luz, em São Paulo, enquanto Galdeano (2014) examina os discursos religiosos usados nessas justificações em uma periferia da cidade de São Paulo.

Tematicamente, os estudos sobre os discursos da vigilância se aproximam de outros cujo foco é a *opinião pública* sobre a segurança privada (n = 3 | 4,4%). Lemos *et al.* (2011) apresentam os resultados de um levantamento sobre a implantação de câmeras de vigilância em um campus da UFBA, enquanto Lopes (2015a; 2018b) analisa dados de *surveys* aplicados no estado de São Paulo sobre as preferências, os índices de confiança e as percepções da população sobre a segurança pública e privada.

Outros estudos buscam descrever a evolução e as características dos profissionais e das empresas de segurança privada, cuja temática é categorizada como *perfil do setor* (n = 5 | 7,4%). Enquanto Wawrzyniak (2000) traça a trajetória da categoria profissional dos vigilantes no estado do Paraná, Cubas (2002) analisa a expansão da segurança privada em São Paulo e caracteriza o funcionamento das empresas – uma década depois, essa expansão e essas características, bem como as fontes de dados sobre o setor, foram reavaliadas por Lopes (2013). Vilar (2009) interpreta a expansão e as características da segurança privada a partir de teorias da sociologia econômica e Firmino *et al.* (2013) descrevem o perfil do setor de segurança eletrônica, mapeando a legislação, o debate acadêmico e as tecnologias disponíveis.

Alguns temas que aparecem com menor frequência se aproximam desses estudos sobre o perfil. Dois estudos (9%) são classificados no tema *gênero*: Diogo e Coutinho (2011; 2013) analisam as trajetórias profissionais e as táticas de inserção de mulheres no setor de segurança privada na Região Metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina. Outros dois estudos são classificados em temas únicos: por um lado, *gestão empresarial* (n = 1 | 1,5%): Kusther *et al.* (2010) analisam as mudanças no processo de gestão interna das empresas de segurança privada decorrentes de iniciativas de inovação tecnológica; por outro, *treinamento* (n = 1 | 1,5%): Larkins (2017) analisa a importância atribuída ao corpo no treinamento dos vigilantes.

Alguns estudos seguem o mesmo intuito descritivo do perfil do setor, mas buscam caracterizar a atuação da segurança privada, classificados no tema *práticas de vigilância* (n = 3 | 4,4%). Kanashiro (2009) discute as maneiras pelas quais o foco das tecnologias de vigilância é direcionado à mobilidade e à circulação. Del Carpio (2017) analisa as práticas dos vigilantes a fim de compreender o que, como e por que protegem o que protegem, considerando desde o cuidado doméstico até as relações com a polícia. Durão (2019) também caracteriza as práticas a partir das “pluralidades do sensível”, que remetem às decisões tomadas no cotidiano, em momentos e contextos locais.

Ainda considerando as características dessa atuação dos vigilantes, três estudos (4,4%) definem um foco mais específico em suas *relações com o espaço de trabalho*: Gonçalves (2019a; 2019b) aborda as experiências dos vigilantes que atuam nos casarões do Centro Histórico de São Luís, no Maranhão, cujo sentimento de vulnerabilidade envolve a convivência com espectros de “seres intangíveis”; enquanto Santos (2015) problematiza a relação que os vigilantes, prestadores de serviços em museus e para transportadoras de pinturas e outras obras artísticas, estabelecem com o próprio “mundo da arte”.

Esse recorte delimitado ao espaço de trabalho é comum a outros estudos que redirecionam suas análises para a atuação da segurança privada no controle de trabalhadores, classificados no tema *vigilância em espaços de trabalho* (n = 2 | 2,9%). Silva, Montagner e Roselino (2006) argumentam que as tecnologias de vigilância em espaços de trabalho, mais do que proteger os bens patrimoniais, são utilizadas em prol da produtividade ao monitorar o tempo e os comportamentos dos trabalhadores. Ostronoff também (2018) discute as tecnologias de vigilância como forma de controle do trabalho, com foco em supermercados.

Via de regra, a análise da atuação da segurança privada ainda levou à consideração suas relações com outros atores, sobretudo do setor público. Quatro estudos (5,9%) são classificados no tema *relações intersetoriais*: Chaves (2008) discute as relações entre o setor de segurança privada e o Governo do Estado de Pernambuco entre 1999 e 2006; enquanto Zanetic (2009a; 2010a) analisa os impactos da expansão da segurança privada nas atividades da polícia e os arranjos estabelecidos entre esses dois atores; por sua vez, Oliveira (2019) mapeia as redes formais e informais entre a segurança privada, a polícia e outros atores que policiam o Carnaval de Salvador.

Outros estudos consideraram as implicações do trabalho na segurança privada para os próprios profissionais que compõem esse setor, classificados no tema *saúde dos vigilantes* (n = 4 | 5,9%). Vieira, Barros e Lima (2007a; 2007b) analisam as consequências do trabalho na saúde mental dos vigilantes bancários e revisam as premissas dos estudos sobre a psicologia do trabalho para compreender tais processos de adoecimento; enquanto Vieira, Lima e Lima (2012) discutem propostas para o enfrentamento do assédio moral sofrido pelos vigilantes no ambiente de trabalho. Anjos e Mendes (2007) contribuíram a esse tema ao avaliar a saúde dos vigilantes de uma empresa multinacional de transporte de valores em Vitória, Espírito Santo.

Por fim, as implicações da expansão da segurança privada também são consideradas por autores que discutem conceitos e teorias. O tema de dois estudos (2,9%) é *conceito de policiamento*: Zanetic (2012; 2013) discute as reformulações do conceito e compara a segurança privada à polícia, no que diz respeito ao uso da força. Outros dois estudos (2 | 9%) têm como tema a teoria weberiana do *monopólio da violência*: primeiro, Silva (2008) reflete sobre diferentes formas de policiamento privado e problematiza a expansão da segurança privada juntamente ao “bico” policial; posteriormente, Silva Jr. (2018) analisa as disputas em torno do monopólio da violência a partir de notícias jornalísticas sobre homicídios contra indígenas no Mato Grosso do Sul.

ESCOPOS

Os estudos coletados variam em seus níveis de análise e, conseqüentemente, no escopo territorial de suas inferências. Entre os 68 estudos, o escopo mais frequente é o nacional (n = 23 | 33,8%), com análises sobre o setor de segurança privada no Brasil como um todo. Mas há tanto um escopo mais amplo, regional, que situa o setor brasileiro na América Latina, quanto escopos mais restritos, de níveis estadual, municipal ou local – além de estudos de cunho teórico que refletem conceitualmente sobre a segurança privada sem um escopo territorial definido. A Tabela 7 apresenta a frequência de estudos por escopo:

TABELA 7

Escopo das análises e das inferências

Escopo	n	%
Local	9	13,2
Local agregado/comparado	9	13,2
Municipal	7	10,3
Municipal agregado/comparado	6	8,8
Estadual	6	8,8
Estadual agregado/comparado	4	5,9
Nacional	23	33,8
Regional	1	1,5
Teórico	3	4,4
Total	68	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como mostrado na Tabela 7, 41 (60,3%) estudos coletados têm escopos territoriais delimitados aos níveis estadual, municipal ou local, incluindo agregados/comparados. A despeito dos níveis de análise de cada estudo⁷, a região brasileira que concentra a maioria das pesquisas é o Sudeste, com 22 (32%) dos 68 estudos e, especificamente, o estado de São Paulo, com 17 estudos (25%) – cuja predominância é reforçada por outros 4 estudos (6%) que abrangem o Sudeste e o Sul, comparando os estados de São Paulo e do Paraná. De fato, como demonstra o Quadro 2, entre os estudos que descem do nível estadual para municípios ou localidades em sua jurisdição, a cidade de São Paulo é a mais pesquisada no estado, na região e, em geral, no país, com 13 estudos – comparativamente, apenas 2 estudos foram realizados em outro município paulista, em Campinas. Os estados de Minas Gerais (n = 3), do Espírito Santo (n = 1) e do Rio de Janeiro (n = 1) somam os outros 5 estudos situados no Sudeste, com pesquisas nas cidades de Belo Horizonte, de Vitória e do Rio de Janeiro, respectivamente.

⁷ Ou seja, essa descrição se refere às regiões, aos estados e aos municípios do Brasil onde as pesquisas foram realizadas: inferimos o estado e o município de análise mesmo que o escopo de uma dada pesquisa tenha se limitado ao nível local (um único condomínio residencial, por exemplo).

QUADRO 2

Regiões, estados e municípios estudados

Região	Estado	Cidade	n	%
Sudeste	São Paulo	Campinas	2	2,9
		São Paulo	13	19,1
		-	2	2,9
	Minas Gerais	Belo Horizonte	3	4,4
	Espírito Santo	Vitória	1	1,5
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1	1,5
Nordeste	Bahia	Salvador	3	4,4
		Ondina	1	1,5
	Maranhão	São Luís	2	2,9
	Pernambuco	-	2	2,9
Sul	Rio Grande do Sul	Pelotas e Rio Grande	1	1,5
		Porto Alegre e Viamão	1	1,5
	Santa Catarina	Florianópolis	2	2,9
		Lages	1	1,5
	Paraná	-	1	1,5
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	-	1	1,5
Sul e Sudeste	São Paulo e Paraná	-	4	5,9
Estudos de escopo nacional, regional ou teóricos			27	39,7
Total			68	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto às outras regiões do país, 8 (12%) estudos estão situados no Nordeste: no estado da Bahia (n = 4), com 3 estudos na cidade de Salvador e 1 em Ondina; no estado do Maranhão (n = 2), na cidade de São Luís; e 2 estudos com escopo estadual em Pernambuco. Já na região Sul, são identificados 6 (9%) estudos: no estado de Santa Catarina (n = 3), com 2 estudos em Florianópolis e 1 em Lages; no estado do Rio Grande do Sul (n = 2), com 2 estudos comparativos entre Porto Alegre e Viamão e entre Pelotas e Rio Grande; e 1 estudo no estado do Paraná – estado que, como mencionado anteriormente, foi comparado a São Paulo em outros 4 estudos. Na região Centro-Oeste, há apenas 1 (1%) estudo, com foco no estado do Mato Grosso do Sul. Não identificamos nenhum estudo na região Norte do Brasil.

Via de regra, os estudos com escopos mais amplos, como o nacional e o regional, realizam discussões gerais e não delimitam suas análises e inferências sobre determinados espaços de atuação da segurança privada. Conforme se passa do escopo estadual até o local, porém, muitos estudos delimitam esse enfoque – obviamente, a maioria dos estudos de escopo local, incluindo os agregados/comparados, atentam-se às particularidades e nuances da atuação da segurança privada em espaços bem delimitados. Dos 68 estudos coletados, 20 (29%) produzem

inferências sobre a segurança privada de maneira delimitada em espaços de atuação específicos, sendo 16 (24%) de escopo local único ou locais agregados/comparados. Esses espaços de atuação incluem agências bancárias (Vieira; Barros; Lima, 2007a; 2007b; Vieira; Lima; Lima, 2012); condomínios residenciais (Caldeira, 1996; Argentin, 2020); parques públicos (Kanashiro, 2006; 2008); eventos públicos, como o carnaval (Oliveira, 2019); estabelecimentos comerciais, como supermercados (Ostronoff, 2018); *campi* universitários (Lemos *et al.* 2011; Durão, 2019); museus (Santos, 2015); bairros (Galdeano, 2014); zona rural (Silva Jr., 2018); transporte de valores (Anjos; Mendes, 2007). Além desses, outros estudos abrangem espaços diferentes, como casarões históricos onde funcionam faculdades, museus e arquivos (Gonçalves, 2019a; 2019b); shopping centers, condomínios residenciais e *campi* universitários (Zanetic, 2010a); bairros e estabelecimentos comerciais (Del Carpio, 2017); e “propriedades privadas de massa”, conceito que reúne vários desses espaços de uso coletivo, embora de acesso e circulação controlada pela segurança privada (Lopes, 2020).

DIMENSÃO METODOLÓGICA

A terceira parte da análise se concentra na dimensão metodológica dos estudos sobre a segurança privada no Brasil. Inicialmente, baseados em King, Keohane e Verba (1994, p. 6), distinguimos os estudos entre empíricos, ensaísticos e teóricos: empíricos, os que fazem inferências a partir do uso de procedimentos para coleta e análise de dados; ensaísticos, aqueles com inferências feitas a partir de revisão bibliográfica não sistemática; e teóricos, os com discussões conceituais. Dos 68 estudos coletados, 44 (65%) são empíricos, incluindo todas as dissertações e as teses, enquanto 21 (31%) são ensaísticos e 3 (4%) são teóricos. Para o total de 52 artigos, por conseguinte, 21 (40%) ensaísticos e 3 (6%) teóricos correspondem a 46% desse tipo de produção acadêmica, em comparação aos 28 (54%) artigos empíricos. Assim, os estudos sobre a segurança privada no Brasil são predominantemente empíricos, embora haja um número considerável de artigos ensaísticos.

Identificados os estudos empíricos, nos concentramos em algumas características de seus procedimentos metodológicos – excluindo dessa análise, portanto, os estudos ensaísticos e teóricos. Primeiro, nota-se que os estudos empíricos são predominantemente descritivos ($n = 41$ | 93%) em vez de explicativos ($n = 3$ | 7%), o que significa que o propósito da maior parte desses estudos é descrever o setor de segurança privada ou temas relativos, sem a intenção de explicar suas causas ou efeitos por meio de variáveis ou mecanismos.

Entre métodos qualitativos, quantitativos e mistos, identificamos uma predominância de estudos empíricos que integram algum tipo de dado e técnica de coleta e/ou análise qualitativa e quantitativa, classificados como mistos, seguidos dos estudos empíricos que são inteiramente qualitativos:

TABELA 8

Método qualitativo, quantitativo ou misto dos estudos empíricos

Método	Artigos	%	Dissertações	%	Teses	%	Geral	%
Qualitativo	12	42,9	6	46,2	0	0	18	40,9
Quantitativo	6	21,4	0	0	0	0	6	13,6
Misto	10	35,7	7	53,8	3	100	20	45,5
Total	28	100	13	100	3	100	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

O maior número de métodos mistos decorre de dois aspectos de nossa classificação. Por um lado, adotamos uma definição ampla de método misto, baseada na tipologia de Small (2011), que distingue “coleta mista” (estudos que integram técnicas para coletar dados qualitativos e quantitativos, bem como para analisá-los) e “análise mista” (estudos que, embora coletem um único tipo de dado, cruzam ou integram técnicas qualitativas e quantitativas para analisá-lo). Dos 20 estudos de método misto, 11 são de coleta mista e 9 são de análise mista. Por outro lado, nossa classificação considera as técnicas de coleta e análise referentes aos dados que são efetivamente utilizados para responder às perguntas dos estudos – e não somente para contextualização, por exemplo. Ainda assim, muitos estudos usam fontes documentais ou estatísticas oficiais, em maior ou menor medida. Entre os estudos de “coleta mista”, predomina o uso de estatísticas oficiais (presentes em oito estudos, em comparação a três que usam *surveys*), enquanto nos estudos de “análise mista” predomina o uso de fontes documentais (em todos os nove desse tipo, em comparação a três que usam entrevistas). Portanto, os estudos empíricos de métodos mistos não necessariamente realizam integrações sistemáticas de procedimentos para coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos – ao contrário, podem integrar fontes secundárias aos seus procedimentos predominantemente qualitativos ou quantitativos.

Pensando nesse *continuum*, como sugerem Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), diferenciamos os estudos de métodos mistos por sua prioridade qualitativa, quantitativa ou igualmente atribuída a ambos os métodos. Se considerarmos como métodos mistos apenas os estudos empíricos que atribuem prioridades iguais a ambos os métodos – e, em outras palavras, se somarmos os estudos empíricos qualitativos aos métodos mistos com prioridade qualitativa, fazendo o mesmo com os quantitativos – podemos concluir que predominam os estudos empíricos mais próximos do polo qualitativo do *continuum*: 18 inteiramente qualitativos e 7 mistos com prioridade qualitativa representam 57% dos estudos empíricos; 6 inteiramente quantitativos e 2 mistos com prioridade quantitativa representam 18% dos estudos empíricos; e, por fim, restam os 11 estudos de métodos mistos com prioridade igual, representando 25% dos estudos empíricos. A Tabela 9 distingue esses métodos e frequências por artigos, dissertações e teses.

TABELA 9

Métodos e prioridades qualitativas, quantitativas e mistas

Métodos e prioridades	Artigos	%	Dissertações	%	Teses	%	Geral	%
Inteiramente qualitativos ou mistos com prioridade qualitativa	14	50	8	62	3	100	25	57
Inteiramente quantitativos ou mistos com prioridade quantitativa	8	29	0	0	0	0	8	18
Mistos com prioridade igual	6	21	5	38	0	0	11	25
Total	28	100	13	100	3	100	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma vez que nossa classificação dos procedimentos metodológicos leva em consideração apenas as técnicas de coleta e análise efetivamente usadas para responder às perguntas dos estudos, buscamos identificar cada uma dessas técnicas usadas. No entanto, também cabe ressaltar a dificuldade dessa identificação. A grande maioria dos estudos empíricos especifica as técnicas usadas na coleta dos dados ($n = 42 \mid 96\%$) – de fato, apenas dois artigos não especificam essas técnicas. Mas o inverso ocorre com as técnicas usadas na análise: apenas 9 (21%) especificam, em comparação a 35 (80%) que não o fazem.

A respeito das técnicas usadas na coleta dos dados, sete tipos foram identificados: entrevistas, *surveys*, observações diretas, observações participantes/etnografias, fontes documentais, estatísticas oficiais e vídeos. A Tabela 10 demonstra quantas vezes cada técnica de coleta foi usada nos estudos empíricos, enquanto a Tabela 11 sistematiza os estudos de acordo com as técnicas usadas, incluindo suas combinações – entre os 44 estudos empíricos, 23 (52%) combinam duas ou mais técnicas de coleta, enquanto 21 (48%) usam uma única técnica.

TABELA 10

Frequência de cada técnica de coleta ou fonte de dados

Técnicas e fontes	n	%
Fontes documentais	25	30,1
Entrevistas	22	26,5
Estatísticas oficiais	11	13,3
Observações diretas	9	10,8
Observações participantes/etnografias	9	10,8
<i>Surveys</i>	6	7,2
Vídeos	1	1,2
Total	83*	100

* Um estudo pode conter mais do que uma técnica ou fonte.

Fonte: Elaborado pelos autores.

TABELA 11

Técnicas de coleta e fontes de dados dos estudos empíricos

Técnicas e fontes	n	%
Entrevistas + Fontes documentais	7	15,9
Fontes documentais	6	13,6
Observações participantes/etnografias	6	13,6
<i>Surveys</i>	4	9,1
Entrevistas + Observações diretas + Fontes documentais	3	6,8
Entrevistas + Observações diretas + Fontes documentais + Estatísticas oficiais	3	6,8
Estatísticas oficiais	3	6,8
Fontes documentais + Estatísticas oficiais	3	6,8
Entrevistas	2	4,5
Entrevistas + Observações participantes/etnografias	2	4,5
Entrevistas + Fontes documentais + Estatísticas oficiais	1	2,3
Entrevistas + Fontes documentais + <i>Surveys</i>	1	2,3
Entrevistas + Observações diretas	1	2,3
Entrevistas + Observações diretas + Observações participantes/etnografias + Fontes documentais + Estatísticas oficiais + Vídeos	1	2,3
Entrevistas + Observações diretas + <i>Surveys</i>	1	2,3
Total	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

As mesmas análises são feitas para as técnicas de análise dos dados, sobre as quais são identificados 6 tipos: análise qualitativa não sistemática, análise de conteúdo, análise interpretativa, método sistemático-dialético, estatística básica e estatística avançada. Conforme ressaltado anteriormente, a ausência de esclarecimentos a respeito da análise dos dados se reflete na classificação das técnicas analíticas, com a predominância do que chamamos de análises qualitativas não sistemáticas (n = 29 | 45%) – estudos que não especificam as técnicas usadas na análise dos dados. A Tabela 12 demonstra quantas vezes cada técnica de análise é usada, enquanto a Tabela 13 sistematiza os estudos de acordo com as técnicas usadas e suas combinações – nesse caso, entre os 44 estudos empíricos, 20 (45%) combinam duas técnicas de análise, enquanto 24 (55%) usam uma única técnica.

TABELA 12

Frequência de cada técnica de análise dos dados

Técnicas de análise	n	%
Análise qualitativa não sistemática	29	45,3
Estatística básica	23	35,9
Análise de conteúdo	7	10,9
Estatística avançada	3	4,7
Análise interpretativa	1	1,6
Método sistemático-dialético	1	1,6
Total	64	100

* Um estudo pode conter mais do que uma técnica de coleta.

Fonte: Elaborado pelos autores.

TABELA 13

Técnicas de análise dos dados dos estudos empíricos

Técnicas	n	%
Análise qualitativa não sistemática	15	34,1
Análise qualitativa não sistemática + Estatística básica	14	31,8
Análise de conteúdo + Estatística básica	4	9,1
Estatística básica	4	9,1
Análise de conteúdo	2	4,5
Estatística avançada	2	4,5
Análise de conteúdo + Estatística avançada	1	2,3
Análise interpretativa + Estatística básica	1	2,3
Método sistemático-dialético	1	2,3
Total	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se notar que as combinações na fase de análise são feitas entre técnicas de diferentes tipos, uma qualitativa e outra quantitativa, enquadrando-se na tipologia de métodos mistos, discutida anteriormente. As combinações na fase de coleta, porém, também são feitas entre técnicas de coleta e fontes de dados

de um mesmo tipo – que, para os 44 estudos empíricos analisados, dizem respeito aos dados qualitativos. Essas combinações podem ser diferenciadas como multimétodo. Dos 44 estudos empíricos, 20 (46%) combinam diferentes técnicas de coleta e fontes de dados qualitativos, enquanto 24 (55%) não o fazem. A Tabela 14 distingue os estudos empíricos multimétodo por artigos, dissertações e teses.

TABELA 14

Estudos empíricos multimétodo

Multimétodo	Artigos	%	Dissertações	%	Teses	%	Total	%
Não	20	71	4	31	0	0	24	55
Sim	8	29	9	69	3	100	20	45
Total	28	100	13	100	3	100	44	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se depreende da Tabela 11, apresentada anteriormente, as principais combinações de técnicas e fontes qualitativas são entrevistas e fontes documentais. Dos 20 estudos multimétodo, que fazem essas combinações qualitativas, 16 (80%) usam entrevistas e fontes documentais – entre eles, 9 (45%) estudos combinam apenas essas duas técnicas, 6 (30%) combinam ambas com observações diretas e 1 (5%) combina essas três técnicas com observações participantes/etnografias e vídeos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do setor de segurança privada representa uma das mais profundas mudanças no policiamento do século XX, despertando interesse acadêmico em diferentes contextos, inclusive no brasileiro. Porém, ainda carecíamos de um panorama dos estudos sobre o fenômeno. Neste artigo, apresentamos um balanço sistemático da literatura sobre o setor de segurança privada no Brasil, composta por 68 artigos, dissertações e teses publicadas até o ano de 2020. Os resultados demonstram que a produção acadêmica das ciências sociais vem acompanhando a expansão desse setor, especialmente a partir dos anos 2000, quando observamos um crescimento das produções sobre o fenômeno.

Os estudos são analisados a partir de variáveis em três dimensões: formal, substantiva e metodológica. Na dimensão formal, apontamos que os estudos sobre a segurança privada no Brasil são desenvolvidos por quase uma centena de autores(as), com diferentes formações e vinculações, mas estão concentrados tanto institucionalmente, na USP e na UEL, quanto disciplinarmente, na Ciência Política. Em grande medida, essa concentração também é autoral, já que apenas dois autores são responsáveis conjuntamente por quase 1/3 das publicações.

Na dimensão substantiva, identificamos 20 temas centrais nos estudos, o que revela a diversidade e a riqueza dos objetos de pesquisa em torno do fenômeno. Esses temas compõem linhas temáticas mais amplas, por exemplo, sobre regulação, controle, fundamentos e limites dos poderes da segurança privada, que são questões prementes perante as violações de direitos cometidas por vigilantes; sobre as articulações da segurança privada com as dinâmicas do espaço urbano, o medo, a insegurança e outros discursos e opiniões que a justificam; ou, em geral, sobre o perfil do setor, como as características das empresas, dos profissionais e de suas práticas. Alguns desses estudos têm escopos amplos, como nacional

ou regional, enquanto outros delimitam análises e inferências aos níveis estadual, municipal ou local – em sua maioria no Sudeste, principalmente em São Paulo.

Por fim, do ponto de vista metodológico, observa-se o predomínio de estudos empíricos, embora haja um número considerável de artigos ensaísticos. Entrevistas e fontes documentais estão entre as técnicas de coleta e fontes de dados mais usadas, seguidas pelas estatísticas oficiais. Apesar de muitos desses estudos combinarem dados ou técnicas de coleta e/ou análise qualitativa e quantitativa, eles são predominantemente descritivos e de natureza qualitativa (inteiramente ou mistos com tal prioridade) – embora, em sua maioria, não especifiquem as técnicas usadas na análise dos dados. Apenas 8 estudos empíricos (18,2%) são inteiramente quantitativos ou mistos com prioridade quantitativa.

Com este balanço, esperamos auxiliar cientistas sociais interessados na segurança privada a se situarem na produção acadêmica sobre o fenômeno e a identificarem temas, escopos, métodos e, em geral, novas direções para pesquisas futuras. Mais estudos empíricos de cunho explicativo, quantitativo e para além do Sudeste, por exemplo, seriam bem-vindos. Um dos desafios à frente, ao qual buscamos contribuir, é ampliar a agenda de pesquisa sobre policiamento, entendido de maneira plural e não restrito às polícias (Lopes; Paes-Machado, 2021; Patriarca, 2023). É preciso levar a sério as diversas formas de policiamento privado na sociedade brasileira, cuja face mais visível é o setor de segurança privada, tanto quanto refletimos e debatemos sobre o policiamento público no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Luiz dos; MENDES, Roberto Lavieri. Nível de atividade física dos vigilantes que transportam numerários. **Lecturas**: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, ano 11, n. 105, 2007.

ARGENTIN, Paola Daniela. Rumores e fofocas da (in)segurança. **Sociabilidades Urbanas**: Revista de Antropologia e Sociologia, Salvador, v. 4, n. 12, p. 59-75, 2020.

ARIAS, Patricia. **Seguridad privada en América Latina**: el lucro y los dilemas de una regulación deficitaria. Santiago: FLACSO, 2009.

BACHETT, Herbert; LOPES, Cleber da Silva. O poder de revista da segurança privada: os fundamentos e limites das revistas realizadas em consumidores. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 203-226, 2020.

BAYLEY, David; SHEARING, Clifford. The future of policing. **Law and Society Review**, Cambridge, v. 30, n. 3, p. 585-606, 1996.

BERG, Julie; HOWELL, Simon. The private security complex and its regulation in Africa: select examples from the continent. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, Michigan, v. 41, n. 4, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.034, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre medidas de segurança para Instituições Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Créditos, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, p. 8952, 21 out. 1969.

BRASIL. **Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983**. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, p. 10737, 21 jun. 1983.

CALDEIRA, Teresa. Fortified enclaves: the new urban segregation. **Public Culture**, Chicago, v. 8, n. 2, p. 303-328, 1996.

CAONERO, Francesca; GODNIK, William; FERNÁNDEZ, Sonia; BUSTAMANTE, Julián; NATENZON, Samanta. Control y regulación de las empresas de seguridad privada en América Latina y el Caribe: un análisis comparativo. **Policia y Seguridad Pública**, El Salvador, v. 1, n. 1, p. 175-241, 2011.

CHAVES, Maria Carmen Araújo de Castro. **As relações entre as empresas de segurança privada e o governo do estado de Pernambuco entre 1999 e 2006**: um estudo de caso. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CUBAS, Viviane. **A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo**. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CUBAS, Viviane de Oliveira. A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo: novas tecnologias e velhos problemas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 164-180, 2017.

CUNNINGHAM, William; STRAUCHS, John; VAN METER, Clifford. **Private security trends, 1970-2000**: the Hallcrest report II. Oxford: Butterworths-Heinemann, 1990.

DE WAARD, Jaap. The private security industry in international perspective. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 7, n. 2, p. 143-174, 1999.

DEL CARPIO, Maya Alejandra Benavides. **“Tou te cuidando”**: práticas de policiamento e cuidado dos guardas de segurança privada em Porto Alegre e Viamão. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. O desafio de tornar-se sujeito da própria história: análise de uma trajetória socioprofissional. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 178-191, 2011.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A inserção de mulheres no segmento de vigilância patrimonial privada: entre conquistas e manutenções. **Psico**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 421-431, 2013.

DURÃO, Susana. Ação policial: nos limites plurais do sensível. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 87-109, 2019.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Do que fala quem fala sobre polícia no Brasil? Uma revisão da literatura. **Análise Social**, Lisboa, v. 55, n. 234, p. 72-99, 2020.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo: FBSP, ano 8, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/67>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: FBSP, ano 10, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/65>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, ano 15, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/60>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FEIGUIN, Dora; LIMA, Renato Sérgio de. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 73-80, 1995.

FERMÍN, Alejandro Maldonado. **Imaginários da insegurança**: segurança privada e vida cotidiana nas cidades de Pelotas e Rio Grande – RS. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

FIRMINO, Rodrigo José; KANASHIRO, Marta; BRUNO, Fernanda; EVANGELISTA, Rafael; NASCIMENTO, Liliane da Costa. Fear, security, and the spread of CCTV in Brazilian cities: legislation, debate, and the market. **Journal of Urban Technology**, v. 20, n. 3, p. 65-84, 2013.

FLORQUIN, Nicolas. A booming business private security and small arms. In: BERMAN, Eric; KRAUSE, Keith; LEBRUN, Emile; MCDONALD, Gleen (Eds.). **Small arms survey 2011**: states of security. USA: Cambridge University Press, 2011, p. 101-133.

GALDEANO, Ana Paula. Salmo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 38-60, 2014.

GARMANY, Jeff; GALDEANO, Ana Paula. Crime, insecurity and corruption: considering the growth of urban private security. **Urban Studies**, Glasgow, v. 55, n. 3, p. 1111-1120, 2018.

GLEBBEEK, Marie-Louise; KOONINGS, Kees. Between morro and asfalto: violence, insecurity and socio-spatial segregation in Latin American cities. **Habitat International**, v. 54, n. 1, p. 3-9, 2016.

GONÇALVES, Gabriela Lages. Entre visagens e casarões: considerações sobre formas de vulnerabilidade a partir dos vigilantes do Centro Histórico de São Luís. **Campos** – Revista de Antropologia, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 122-133, 2019a.

GONÇALVES, Gabriela Lages. **Quem vigia o casarão?** Uma análise sobre a convivência entre vigilantes e seres intangíveis no Centro Histórico de São Luís. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019b.

HUGGINS, Martha Knisely. Urban violence and police privatization in Brazil: blended invisibility. **Social Justice**, v. 27, n 2, p. 113-134, 2000.

HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, 2010.

JOHNSON, Robert Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony; TURNER, Lisa. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

KANASHIRO, Marta Mourão. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation, and the new meanings of security. **Surveillance & Society**, Chapel Hill, v. 5, n. 3, p. 270-289, 2008.

KANASHIRO, Marta Mourão. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 41-54, 2009.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing social inquiry**: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. **Antropologia Experimental**, Jaén, n. 4, 2004.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 471-486, 2011.

KUSTHER, Eribelto Alves; BINOTTO, Erlaine; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; NOGUEIRA, Maria Aparecida Farias de Souza; CASAROTTO, Eduardo Luis. Inovação tecnológica e suas influências no processo de gestão: uma análise no setor de segurança privada patrimonial. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 3, n. 1, p. 7-26, 2010.

LARKINS, Erika Robb. Guarding the body: private security work in Rio de Janeiro. **Conflict and Society**, v. 3, p. 60-72, 2017.

LEMONS, André; QUEIROZ, Camila; SANTANA, Egideílson; FAGUNDES, Frederico; BALEEIRO, Gabriela. Câmeras de vigilância e cultura da insegurança: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA. **Alceu** – Revista de Comunicação, Cultura e Política, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 143-153, 2011.

LOPES, Cleber da Silva. **Como se vigia os vigilantes**: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LOPES, Cleber da Silva. O controle da segurança privada: balanço da literatura internacional e situação das pesquisas no Brasil. **BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 68, p. 99-115, 2009.

LOPES, Cleber da Silva. Como se vigia os vigilantes: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 99-121, 2011.

LOPES, Cleber da Silva. **O controle da segurança privada no Brasil**: um estudo das condições que geram controle de acordo com o interesse público. 2012. 174 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOPES, Cleber da Silva. O setor de segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, 2013.

LOPES, Cleber da Silva. Assessing private security accountability: a study of Brazil. **Policing and Society**, v. 25, n. 6, p. 641-662, 2014.

LOPES, Cleber da Silva. Como os paulistanos veem os setores de segurança pública e segurança privada: estudo exploratório com dados de uma pesquisa de *survey*. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 13, n. 26 p. 207-231, 2015a.

LOPES, Cleber da Silva. Segurança privada e direitos civis na cidade de São Paulo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 651-671, 2015b.

LOPES, Cleber da Silva. As ferramentas legais universais da segurança privada: um estudo sobre os direitos de questionar, usar força física e prender dos seguranças particulares brasileiros. **Dilemas** – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 97-126, 2018a.

LOPES, Cleber da Silva. Plural policing and public opinion in Brazil. **Security Journal**, v. 31, n. 2, p. 451-469, 2018b.

LOPES, Cleber da Silva. Policing labor: the power of private security guards to search workers in Brazil. **Crime, Law and Social Change**, v. 70, p. 583-602, 2018c.

LOPES, Cleber da Silva. Os poderes dos seguranças particulares no policiamento das propriedades privadas de massa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 381-410, 2020.

LOPES, Cleber da Silva. A segurança privada não controlada. *In*: FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, ano 16, 2022, p. 350-358.

LOPES, Cleber da Silva; MORAES, Caio Cardoso de. Statutory regulation of the security industry under pressure: the Brazilian case. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, v. 45, n. 2, p. 189-205, 2019.

LOPES, Cleber da Silva; PAES-MACHADO, Eduardo. A segurança em mutação: concepções, práticas e experiências no século XXI. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 114, p. 13-28, 2021.

MINNAAR, Anthony. Private-public partnerships: private security, crime prevention and policing in South Africa. **Acta Criminologica**: African Journal of Criminology & Victimology, v. 18, n. 1, p. 85-114, 2005.

MORAES, Caio Cardoso de. **A atuação política do setor de segurança privada no Brasil**: um estudo sobre o Estatuto da Segurança Privada. 127 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 84, p. 148-187, 2017.

MURRAY, Martin. The spatial dynamics of postmodern urbanism: social polarisation and fragmentation in São Paulo and Johannesburg. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 22, n. 2, p. 139-164, 2004.

MUSUMECI, Leonarda. **Texto para Discussão (TD) 560**: Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95. Rio de Janeiro: Ipea, 1998.

NALLA, Mahesh; GURINSKAYA, Anna. Common past – different paths: exploring state regulation of private security industry in Eastern Europe and post-Soviet republics. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, Michigan, v. 41, n. 4, p. 305-321, 2017.

OLIVA, Diego Coletti. Em busca da segurança: tecnologias contra o medo. **Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 122-141, 2015.

OLIVEIRA, Antonio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 38, p. 239-265, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Santos. O policiamento e a democracia. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 33, p. 129-148, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Santos. Crime, controle do crime e governança democrática. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 49-78, 2010.

OLIVEIRA, Pedro. **O espetáculo da segurança no reino da folia**: as redes de segurança, os padrões de expressividade corporal e as práticas de policiamento de multidão no Carnaval de Salvador. 2019. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

OSTRONOFF, Leonardo José. Vigilância, controle e tecnologia: um estudo sobre o setor supermercadista em São Paulo. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 1, p. 127-140, 2018.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Segurança privada, direitos humanos e democracia: notas preliminares sobre novos dilemas políticos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 31, p. 131-141, 1991.

PATRIARCA, Gabriel. Policiamento plural: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1-28, 2023.

SANTANA, Carlos Luiz de; CARMO, Erinaldo Ferreira do. Menos Estado, menos polícia, mais segurança privada: uma análise da estrutura da política de segurança no governo FHC e seus impactos em Pernambuco (1995-2000). **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 37-48, 2015.

SANTOS, Bruno Marco Cuer dos. **Visitando o museu pela porta dos fundos: vigilantes e transportadores de obras de arte e a resignificação do habitus**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, 2015.

SCHMIDT, Naiara Conservani. Subcidadania e estigma: elementos organizadores do urbano. **Revista LEVS**, Marília, n. 9, p. 69-81, 2012.

SHEARING, Clifford; STENNING, Philip. Modern private security: its growth and implications. **Crime and Justice**, Chicago, v. 3, p. 193-245, 1981.

SHEARING, Clifford; STENNING, Philip. Private security: implications for social control. **Social Problems**, Oxford, v. 30, n. 5, p. 493-506, 1983.

SILVA, Antonio Marcos de Sousa. Estado, monopólio da violência e policiamento privado: com quem fica o uso legítimo da força física na sociedade contemporânea?. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 9-19, 2008.

SILVA, Jorge da. Segurança pública e privada no Brasil. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 12, n. 42, p. 29-48, 1994.

SILVA, Lucas Frazão; MONTAGNER, Miguel; ROSELINO, José Eduardo. O Taylorismo sob controle: o lugar das novas e velhas tecnologias na ordem industrial. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 136-156, 2006.

SILVA JÚNIOR, Oswaldo Rolim da. **As notícias sobre os homicídios de indígenas em Mato Grosso do Sul: a cobertura nos jornais sul-mato-grossenses**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SMALL, Mario Luis. How to conduct a mixed methods study: recent trends in a rapidly growing literature. **Annual Review of Sociology**, v. 37, p. 57-86, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Atividade amputada, paradoxo e conflito: o caso do vigilante Ricardo. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 23-25, 2007a.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade de; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Uma abordagem da psicologia do trabalho, na presença do trabalho. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 155-167, 2007b.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. E se o assédio não fosse moral? Perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 256-268, 2012.

VILAR, Flávio Sérgio de Oliveira. **O mercado da segurança privada: a construção de uma abordagem a partir da Sociologia Econômica**. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

WAWRZYNIAK, Sônia Izabel. **Admite-se homem-máquina**: a categoria dos vigilantes no Paraná. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

ZANETIC, André. **A questão da segurança privada**: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZANETIC, André. Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 134-151, 2009a.

ZANETIC, André. The private security in Brazil: some aspects related to the motivations, regulation and social implications of the sector. **Archivos de Criminología, Seguridad Privada y Criminalística**, México, n. 2, 2009b.

ZANETIC, André. **A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime**: impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a.

ZANETIC, André. A segurança privada no Brasil: alguns aspectos relativos às motivações, regulação e implicações sociais do setor. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 3, p. 51-70, 2010b.

ZANETIC, André. Policiamento e segurança privada: duas notas conceituais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 471-490, 2012.

ZANETIC, André. Policiamento, segurança privada e uso da força: conceito e características descritivas. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 411-433, 2013.